



VI JORNADA DE CAPACITAÇÃO DA ENADEP

“CONFLITOS FUNDIÁRIOS E REMOÇÕES DE PESSOAS: ESTRATÉGIAS DE DEFESA E SOLUÇÕES GARANTIDORAS DE DIREITOS HUMANOS”

A Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos,

Considerando que a atividade da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP), vinculada à Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) visa ao aperfeiçoamento, capacitação e qualificação das defensoras e defensores públicos através de diversas atividades, como cursos, seminários, aulas, audiências públicas, entre outras;

Considerando que a ENADEP tem por objetivo também a educação em direitos, conforme o artigo 4º da Lei Complementar Nº 80/94, que afirma que é função institucional expressa da defensora e do defensor público promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

Considerando a visão da ENADEP de disseminar conhecimento jurídico de excelência baseado na ação transformadora de toda pessoa humana;

Considerando que a assistência jurídica prestada pelo Estado está a cargo das Defensorias Públicas por meio do trabalho de defensoras e defensores públicos e seus auxiliares;

RESOLVE lançar o presente EDITAL de abertura da *VI Jornada de Capacitação da ENADEP* com a temática “**CONFLITOS FUNDIÁRIOS E REMOÇÕES DE PESSOAS: ESTRATÉGIAS DE DEFESA E SOLUÇÕES GARANTIDORAS DE DIREITOS HUMANOS**” a ser realizada em formato virtual, por meio do aplicativo ZOOM, sob a coordenação-geral da Defensora Pública Ludmilla Paes Landim, Diretora da Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos e colaboração da Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias da ANADEP.

A atividade, que será certificada, destina-se a defensoras e defensores públicos estaduais associadas e associados que possuam interesse em relação à temática. As pessoas interessadas em participar devem acessar o site da ANADEP (www.anadep.org.br) para fazer a inscrição até **08 de abril de 2021**.



VI JORNADA DE CAPACITAÇÃO DA ENADEP

“CONFLITOS FUNDIÁRIOS E REMOÇÕES DE PESSOAS: ESTRATÉGIAS DE DEFESA E SOLUÇÕES GARANTIDORAS DE DIREITOS HUMANOS”

1. **EMENTA:** O Curso "Conflitos Fundiários e remoções de pessoas: estratégias de defesa e soluções garantidoras de direitos humanos" é formado por quatro encontros e tem o objetivo de promover a exposição conceitual e a troca de experiências sobre temas importantes para a atuação da Defensoria Pública, da advocacia popular e da atuação jurídico-política dos movimentos sociais, das universidades e dos coletivos e redes populares nos conflitos fundiários urbanos e socioambientais e na defesa dos núcleos (urbanos e rurais), comunidades e territórios ameaçados de remoção. O curso também se volta a problematizar o papel da Defensoria Pública nos conflitos fundiários, em especial na sua atuação como “*custos vulnerabilis*”, e formar um movimento pela criação de um observatório nacional de remoções no âmbito das Defensorias Públicas estaduais.

2. **OBJETIVO GERAL:** O curso visa propiciar o debate sobre a atuação estratégica nos casos de deslocamentos forçados de pessoas, bem como sobre a importância do levantamento de dados e monitoramento dos conflitos fundiários que impliquem em ameaças de deslocamentos/remoções, com o propósito de garantir os direitos humanos da coletividade de pessoas hipossuficientes diretamente atingidas. Busca, ainda, promover a articulação e cooperação entre as Defensorias Públicas estaduais e os demais atores que estudam, acompanham e atuam nessa temática no âmbito nacional, o que se coaduna com os propósitos da Campanha #DespejoZero, iniciativa que reúne mais de 40 organizações e visa denunciar a contínua ação de despejos e reintegrações de posse que vem ocorrendo, mesmo com o agravamento da crise sanitária provocada pelo coronavírus no Brasil, e em relação à qual houve adesão pela Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias da ANADEP.

3. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** Pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos: (i) capacitação dos(as) defensores(as) públicos(as), advogados(as) populares e lideranças de movimentos que atuam na temática do acesso à terra e à moradia sobre as soluções garantidoras de direitos humanos em remoções coletivas e estratégias de reparação de violações; bem como sobre estratégias de defesa da segurança possessória a partir das especificidades de ocupações de imóveis públicos, em áreas consideradas de risco e em conflitos socioambientais; (ii) debate sobre o monitoramento de tais ameaças de remoção a partir do levantamento dos casos



atendidos e acompanhados pelas Defensorias Públicas Estaduais em parceria com entidades, Universidades e organizações sociais que já desenvolvem esse tipo de trabalho.

4. PÚBLICO-ALVO: Defensoras e Defensores públicos estaduais e distrital associadas e associados da ANADEP e parceiros (as) da ANADEP indicados (as) pela Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias.

5. CARGA HORÁRIA: 6h/aula - com certificação, desde que cumprido 75% da carga horária.

6. TOTAL DE AULAS: 4 aulas (todas as SEGUNDA-FEIRAS –19h às 20h30).

7. PERÍODO DE AULAS: 12/04/2021 - 03/05/2021.

8. MODALIDADE: Ead – pela plataforma ZOOM.

9. VAGAS: **200 vagas** para defensoras e defensores públicos estaduais e distrital associadas e associados da ANADEP e **80 vagas** para parceiros (as) indicados (as) pela Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias.

10. PERÍODO DA INSCRIÇÃO: de 01/04/2021 a 08/04/2021.

11. MAIS INFORMAÇÕES: anadep@anadep.org.br com assunto "Capacitação Conflitos Fundiários".

12. PROGRAMAÇÃO:

12/04/2021: AULA 01 - Conflitos fundiários e remoções de pessoas: introdução conceitual e normativa incidente

FACILITADORAS: Giovanna Bonilha Milano e Olenka Lins e Silva

MEDIADORA: Vanessa Chalegre

19/04/2021: AULA 02 - Conflitos fundiários urbanos: a proteção jurídica de núcleos urbanos informais

FACILITADORA: Rosane Tierno e Allan Ramalho

MEDIADORA: Luciana Albuquerque



26/04/2021: AULA 03 - Conflitos socioambientais: estratégias de defesa do território e da segurança da posse

FACILITADOR: Vercilene Dias e Andreia Barreto

MEDIADORA: Vanessa Chalegre

03/05/2021: AULA 04 - Soluções garantidoras de direitos humanos e mediação em litígios que envolvam remoções de pessoas

FACILITADORA: Renan Sotto Mayor e Vinícius Lamego

MEDIADORA: Luciana Albuquerque

13. QUEM SÃO OS (AS) FACILITADORES (AS) E MEDIADORES (AS):

ALLAN RAMALHO FERREIRA

Doutorando em Direito do Estado, subárea de concentração em Direito Urbanístico, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Mestre em Direito do Estado, subárea de concentração em Direito Urbanístico, pela PUCSP. Especialista em Direito Constitucional pela COGEAE-PUCSP. Defensor Público. Membro e Coordenador do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (NE-HABURB) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Associado ao Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU). Diretor de Articulação Social da APADEP.

ANDREIA MACEDO BARRETO

Mestre e Doutora em Direito, área de Concentração "Direitos Humanos" (2007 e 2011), todos no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (Brasil). Concluiu o Pós-doutorado (2018) no Programa Democracia e Direitos Humanos, organizado pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra, em Portugal. Defensora Pública do Estado do Pará.

GIOVANNA BONILHA MILANO

Professora de direito urbanístico-ambiental no Instituto das Cidades, Campus Zona Leste, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora e Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD/UFPR). Pesquisadora visitante no Observatoire des conflits urbaines et périurbaines da Université du Québec à Montréal (2014-2015). Autora da obra Conflitos Fundiários Urbanos e Poder Judiciário (2017).

LUCIANA ALBUQUERQUE LIMA

Doutora em Direito da Cidade pela UERJ. Professora do Centro Universitário do Estado do Pará. Defensora Pública Estado do Pará, Titular da Defensoria da Fazenda Pública da Capital.



OLENKA LINS E SILVA MARTINS ROCHA

Defensora Pública da Defensoria Pública do Estado do Paraná desde 2016, é coordenadora do Núcleo Itinerante das Questões Fundiárias e Urbanísticas da DPE-PR. Bacharela em Direito pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduada pela PUCPR, EMERJ e Universidade Veiga de Almeida. Também é Integrante da Comissão de Mediação em Conflitos Fundiários do Estado do Paraná, da Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias da ANADEP e da Comissão Especial de Moradia do CONDEGE. Atua como palestrante em projetos de Educação em Direitos, entre eles o Projeto Jovem Defensora e Jovem Defensor de Direitos Humanos.

RENAN SOTTO MAYOR

Mestre em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense. É Defensor Público Federal, atuando de agosto de 2018 até agosto de 2020 como Secretário-Geral de Articulação Institucional na Defensoria Pública da União. Também integrou de 2015 a 2018 o Grupo de Trabalho de Pessoas em Situação de Rua (GT-Rua) da Defensoria Pública da União. Atualmente integra o Grupo de Trabalho dos direitos dos povos Indígenas da DPU (GT-Indígena). Presidiu o Conselho Nacional de Direitos Humanos em 2020. Atualmente exerce a função de Defensor Regional de Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso.

ROSANE TIERNO

Advogada Urbanista – Conselheira de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. Coordenadora do Núcleo de Habitação e Regularização Fundiária da Comissão de Direito Urbanístico da OAB/SP.

Mestre em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP-Universidade de São Paulo. Trabalhou como Superintendente de Patrimônio da COHAB/SP e como Gerente de Regularização Fundiária da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

VANESSA CHALEGRE DE A. FRANÇA

Defensora Pública do Estado de São Paulo. Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (NEHABURB) e Coordenadora da Comissão Temática de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias da ANADEP.

VERCILENE FRANCISCO DIAS

Advogada e mestra em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Quilombola do Quilombola Kalunga, de Cavalcante Goiás. Diplomada em



Estudo Internacional em Litígio Estratégico em Direito Indígena e afrodescendente pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP).

Atualmente é Assessora Jurídica na Terra de Direitos, organização de Direitos Humanos e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e faz parte da Associação Brasileira de Pesquisadoras (es) Negras (os) (ABPN); Associação Nacional de Advogadas e Advogados Negros-ANAN e da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas - RENAAQ.

VINÍCIUS LAMEGO DE PAULA

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Professor Damásio de Jesus, graduado em Direito Pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (PUC Minas), Defensor Público do Espírito Santo, membro do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (NUDAM), Coordenador Auxiliar das Comissões Especializadas em Moradia do CONDEGE e da ANADEP.